

A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO DE APRENDIZAGEM E A QUALIDADE DE VIDA DOS ALUNOS DE COMUNIDADES POBRES.

THE RELATIONSHIP BETWEEN THE LEARNING CURRICULUM AND THE QUALITY OF LIFE OF STUDENTS FROM POOR COMMUNITIES.

Renata de Leão Procópio*

RESUMO

Este trabalho investiga a relação que o desenvolvimento educacional tem com o crescimento social em comunidades pobres. Procurando abordar a incidência de uma boa educação repassada para o filho e em que isso pode desenvolver um futuro melhor para este aluno e para essa comunidade, nesse sentido o estudo será construído por meio de uma investigação bibliográfica focada em analisar diversas literaturas que tratam e teorizam o tema.

Palavras chaves: Currículo; metodologia; crescimento social.

ABSTRACT

This paper investigates the relationship that educational development has with social growth in poor communities. Seeking to address the incidence of a good education passed on to the child and in which this can develop a better future for this student and for this community, in this sense the study will be built through a bibliographical investigation focused on analyzing several literatures that treat and theorize the theme.

Keywords: Curriculum; methodology; social growth

INTRODUÇÃO

A realidade educacional está cada vez mais ligada a realidade do cotidiano do aluno e da comunidade a qual ele está inserido, é notório que os reflexos de uma boa educação podem trazer outras perspectivas para a realidade de diversos alunos

*Professora da Secretaria Municipal de Educação, Cametá-PA - Mestranda da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales-FICS - e-mail: renataprocopio90@gmail.com

e suas comunidades, logo a educação que a criança recebe durante sua vida, além de servir para estudos posteriores, serve também para inserir esse ser em um contexto social mais abrangente.

As dificuldades econômicas de uma localidade são determinadas por diversos fatores e um deles é a má formação de seus habitantes, uma vez que, em sua maioria o histórico escolar pode determinar o futuro profissional de uma pessoa e assim de sua família. Segundo levantamento do IBGE 2021 a pobreza atingiu 64,6 milhões de brasileiros, esses dados são resultados de uma falta de políticas públicas engajadas em diversos setores da sociedade, inclusive a educação, uma vez que, os reflexos de uma educação não desenvolvida em uma comunidade pobre, pode causar ainda mais pobreza para um determinado povo.

Dentro desse cenário o estudo vem fazer uma abordagem a respeito do envolvimento da educação sobre a realidade social de uma comunidade, tendo em vista, que os mecanismos utilizados na escola podem servir de alternativas para proporcionar a uma determinada comunidade pobre sair da pobreza, voltado principalmente para crianças e jovens que ingressam na escola, é de suma importância, portanto, que haja políticas voltadas para o fortalecimento das metodologias pedagógicas inseridas nas escolas.

Muito se trata da realidade dessas pessoas com vulnerabilidade social, porém a escola e seus mecanismos tem a função de mostrar essa realidade para os alunos e promover a estes, ferramentas educacionais para que possa crescer e modificar o futuro de sua família e sua comunidade.

Nesse viés, é importante que se trace objetivos para o fortalecimento da pesquisa. Como o objetivo geral, analisar a relação entre o currículo e a qualidade de vida de alunos com vulnerabilidade social. Entre os objetivos específicos: Identificar os principais elementos do currículo de aprendizagem que promova um crescimento social; investigar como o currículo pode influenciar na qualidade de vida dos alunos de comunidade pobres. Conhecer a percepção do professor em formular mecanismos para auxiliar os alunos de famílias mais vulneráveis.

Com relação a questões da problemática é apresentado: a qualidade de vida de alunos vindo de famílias pobres pode ser determinada pela escola e seu currículo?

Nesse sentido, é possível perceber que o envolvimento da educação no futuro de crianças e jovens pode ser um recomeço para que essas comunidades, mesmo

com várias dificuldades envolvendo essa problemática é possível estabelecer um elo entre crescimento educacional e social.

Entretanto é verídico a afirmação que uma educação de qualidade pode auxiliar em diversos aspectos de uma sociedade, e um dos principais pilares que a educação oferece são os conteúdos que os professores dispõe para os alunos, nessa premissa o aprimoramento das aulas e o esforço dos professores em levar as melhores didáticas para os seus alunos pode servir de construção econômica e social para as comunidades mais favoráveis. França (2005).

Para que o estudo pudesse chegar aos rumos dos objetivos foi preciso que o investigador criasse um planejamento metodológico específico para os fins da pesquisa, nesse sentido foi de suma importância construir a pesquisa bibliográfica abrangente. O modelo a ser seguido na investigação foi de uma pesquisa científica, que retoma os caminhos de um estudo bibliográfico qualitativo, partindo posteriormente, nesse sentido foi preciso construir um investigações em diversas literaturas que abordam o tema e suas teorias, dados e estimativas de pesquisadores e estudiosos, para assim poder chegar a conclusões teóricas a respeito dessa problemática.

A investigação bibliográfica, finaliza com uma discussão sobre o que os autores tratam do tema, assim como, perceber como estes estudiosos tratam a relação educação e crescimento social, nesse viés, são sveriguados, livros, revistas científicas e artigos já publicados, todos, todos referenciados no corpo do texto.

REFLEXOS DO CURRÍCULO NA QUALIDADE DE VIDA DO ALUNO.

É possível perceber que atualmente a educação vem tomando outros rumos, o que antigamente era focado apenas em tirar uma boa nota e passar de ano hoje o ensino ganhou uma nova roupagem em busca de novos objetivos, proporcionar um futuro melhor para o aluno e para a sociedade em que está inserido, é hoje um dos maiores desafios da realidade escolar em todo o país.

O Art. 205. Retrata que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É possível perceber que a realidade de diversas escolas não condiz com o que os regimentos que deveriam seguir, nesse paradigma, alguns locais ainda sofrem com um retrocesso educacional, sendo refletindo diretamente na evolução de suas comunidades, uma vez que, muitos são os atributos que a escola pode oferecer a vida cognitiva e social dos seus alunos. Não apenas transmitir conhecimentos é o papel do professor, mas também de adequar a vida dos seus alunos ao crescimento profissional e social.

No entanto, ainda é ruim a realidade de alguns ensinos, sem estruturas físicas e pedagógicas, também há aqueles onde os professores não se esforçam em construir mecanismo inovadores para as aulas e nesse sentido, não é suficiente para que faça valer os atributos do desenvolvimento educacional. Com isso, em alguns lugares ainda há um retrocesso educacional, evitando que este se evolua cognitivamente e socialmente, atributos podem estar voltado a diversos motivos, tais como histórico, econômico, estrutural ou pedagógico.

Nesse sentido Stefano (2014) coloca algumas normativas que defendem a criação de uma educação que desenvolva o aluno em seu social, dentro das limitações e realidades escolares, mas sempre voltados a construção de uma qualidade de vida melhor para os alunos desta comunidade.

A Constituição Federal, ao definir o dever do Estado com a educação (arts. 205) e o seu comprometimento com o desenvolvimento nacional e com a construção de uma sociedade justa e solidária (art. 3º) individualiza a educação superior como bem jurídico, dado o seu papel fundamental na formação de recursos humanos nas áreas da ciência, pesquisa e tecnologia (art. 218, §3º) e no desenvolvimento do País. Para garanti-lo, franqueia a atividade à iniciativa privada, dentro dos limites fixados na lei; permite a vinculação de receita tributária para manutenção e desenvolvimento do ensino público (art. 165, IV); concede autonomia as universidades (art. 207); garante gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais (art. 206); e encarrega o Estado de assegurar padrão de qualidade, bem como o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V) numa atuação de permanente colaboração entre a União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios (art. 211). (apud, Stefano, 2014, p.344).

Nesse viés ao tratar de mecanismos para imergir uma educação de qualidade para uma turma ou uma comunidade é fundamental que se trate com ênfase com currículo que permeia essa instituição, logo o currículo não condiz apenas a meios e métodos metodológicos ou didáticos, mas sim todo o processo de formação desta criança, fazendo valer todo o conjunto e atitudes escolares, hábitos saudáveis e promoção social. Isso implica refletir sobre as especificidades do currículo e como este vem sendo efetivado com as crianças e jovens. Segundo Stecanela (2018):

[...] a observação da escola e de suas margens permite afirmar que o cotidiano escolar é acompanhado/transversalizado por um conjunto de eventos constituídos por rotinas, práticas ou culturas que são sublinhadas por momentos de maior ou de menor intensidade. Esses momentos são pautados por fatores oficiais, legais e pedagógicos, mas também por aqueles que emergem das práticas cotidianas e das relações que a escola e seus atores estabelecem no, com e entre o interior e o exterior das suas fronteiras de alcance.(Stecanela 2018, P. 930)

Logo a assertiva aponta para a importância do envolvimento da escola na vida dos alunos, uma vez que, quando a criança entra na escola cria-se perspectivas acerca deste indivíduo. Promover uma educação de qualidade não cabe apenas ao professor, mesmo ele sendo o mentor desse ensino, o professor não pode trabalhar sozinho, a comunidade escolar é composta de todos que compõem a estrutura física e pedagógica da instituição.

PANORAMA SOCIOEDUCATIVO DE COMUNIDADE COM VULNERABILIDADE SOCIAL.

A situação social do Brasil ainda é construída de muita disparidade entre as comunidades, uma vez que, a situação social e as condições financeiras são construídos de forma diferente na sua raiz, trazendo como requisito a falta de oportunidade de seus entes mais antigos, as crianças acabam por não ter uma influência positiva em sua relação com a escola e a educação. Com relação ao grau de pobreza no país (Araújo, 2005, P.359) coloca que: “Brasil nas últimas décadas vem impondo uma enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania”.

Esse quadro de desigualdade social afeta o futuro das crianças e adolescentes, uma vez que, a falta de condições para construir um futuro melhor para os filhos acaba em direcionar os filhos para futuros diferenciados e longe de um crescimento econômico e social. Isso faz com que a geração de pobreza aumente se tornando uma cadeia social. Um país tem pobreza quando existe escassez de recursos ou quando, apesar de haver um volume aceitável de riquezas, elas estão mal distribuídas (Araújo 2005). Nesse sentido a falta de oportunidade educativa pode ser uma grande justificativa para a formação desse cenário social e vulnerável.

É possível perceber que com o quadro de pobreza nas famílias muitos direitos das crianças são retirados, por questões de necessidade, o brincar e o estudar

muitas vezes são deixados de lado pelos pais, tornando essa criança um adulto incompleto. No artigo 53 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece o direito a educação (BRASIL,1990).

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando sê-lhes: I -igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II -direito de ser respeitado por seus educadores; III -direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV -direito de organização e participação em entidades estudantis; V -acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 1990, Art. 53).

Esse artigo promulga os direitos que a criança e o adolescente tem de estudar e receber um conhecimento que vá preparar para séries posteriores e também para viver e crescer em sociedade. Entretanto em muitas realidades não ocorre de forma natural é preciso muitos anos de luta para que os colégios e todo o sistema educacional possa usufruir de uma estrutura adequada para seus alunos. Nesse sentido é perceptível que a construção de uma escola adequada e preparada para a formação social leve tempos para se concretizar.

“Desde o princípio a educação no Brasil serve aos interesses da elite e aos grupos com maior poder econômico e social” (Riza, 2020. P.5). Essa assertiva remete a conclusão de que como a economia e a estruturação escolar nessa localidade não é de grande valor econômico, pode ser que seja em muitos momentos esquecido pelo poder público, visto que a negação de políticas públicas está relacionada a diversos fatores, como histórico e social.

Isso ainda reflete na sociedade contemporânea, algumas escolas bem estruturadas e com maior número de professores não estão atendendo as expectativas dos alunos, ou melhor, não recebem de forma correta os alunos de famílias mais vulneráveis. Diversos são os motivos que fazem com que isso ocorra e um deles é a formação de didáticas voltada para a realidade dessas comunidades, essa característica traz a dificuldade de acesso para novos conhecimentos da própria realidade, assim como também o tempo que o professor passa em contato com a turma pode favorecer a este conhecer melhor a turma em que está inserido.

Um fator que prejudica na formação de didáticas voltadas para alunos vulneráveis é a fadiga que o professor sente quando este, ministra aulas em várias escolas ou em vários turnos na mesma escola, uma vez que o

cansaço do dia proporciona no professor uma falta de ânimo e força física para criar metodologias inovadoras.

A esse respeito Lopes (2017) aponta que:

Os discursos dos professores confirmam ainda que a precarização contribui para a evasão, pois aulas desestimulantes, pouco atrativas, interfere no ensino-aprendizagem, nesse sentido concorda-se com esses docentes, quando afirmam que escola e professores precisam ofertar um ensino de qualidade, pois “quanto melhor a aula, mais o aluno permanece na escola (Lopes, 2017, p. 359)

Em alguns momentos a dificuldade de se montar uma didática que coincida com a realidade dos alunos da comunidade é grande, pois os professores destas escolas padecem de estruturas pedagógicas que ajudariam em criar didáticas de qualidades em prol do desenvolvimento dos alunos e de sua comunidade. Nesse viés os alunos recebem aulas muitas vezes sem uma inovação ou sem os materiais didáticos que fortaleceria o repasse dos conhecimentos do conteúdo, assim como prejudica na formação de dinâmicas e atividade em grupo que servem de apoio para a avaliação dos alunos.

Essa ausência de estrutura física e pedagógica prejudica a longo a curto prazo o entendimento dos alunos a respeito de diversos conteúdos e assim não levam para casa uma educação de qualidade, sendo assim, provoca um acúmulo de alunos malformados em uma comunidade inteira, nesse sentido o futuro educacional destes alunos pode estar comprometidos, causando uma falha educacional, ou seja, muitos alunos não conseguem ingressar em estudos maiores, como uma faculdade e assim um emprego digno para custear a família.

Ainda assim, precisamos nos destacar e correr a traz dos nossos sonhos, que onde a criança que vêm de um convívio familiar de baixa renda, encontre em nossas escolas um lugar de refúgio e alegria”.

“Assim, a tarefa do educador, nesta sociedade, é a de criar condições objetivas que favoreçam o aparecimento de um novo tipo de pessoas: solidárias, organizadas, capazes de superar o individualismo, valor máximo da educação capitalista (...)” (Gadotti, 1991, p. 121).

Estamos diante de um cenário cuja sociedade tem sofrido inúmeras mudanças de ordem global em várias esferas. O sistema educacional, particularmente, tem se moldado (ou tentado moldar-se) para ao menos acompanhar a imensidão de conhecimentos e informações que circulam em velocidade ímpar. Essa mudança de posicionamento da escola perante a formação da sociedade, tem um papel fundamental na construção das famílias, em virtude da educação ser uma

das poucas alternativas que as comunidades vulneráveis possuem para mudar suas realidades.

CONCLUSÃO

Com a conclusão das leituras e análise da pesquisa, foi possível entender a real função escolar, a importância da quebra de paradigmas envolvendo a educação tradicional, antes voltada apenas para a provação dos alunos, mas agora focada em construir um pensamento crítico desenvolvendo o social de cada aluno. Assim como as metodologias inseridas nessas escolas favorecem o crescimento social de comunidades de poder aquisitivo baixo.

Através das diversas literaturas abordadas na construção do estudo, é possível salientar que a escola, como instituição formadora de cidadãos, sente dificuldade em elaborar suas metodologias voltadas para as comunidades pobres, diversos são os empasses que levam a um diálogo mais abrangente entre coordenação e professores.

Nesse cenário ficou perceptível que é de suma importância que o professor, como participante principal no processo de formação, busque mecanismos e ferramentas para adequar suas propostas de trabalho, envolvendo a realidade de cada aluno e sua comunidade. E suas metodologias e didáticas podem oferecer crescimento cognitivo e social para as turmas, sobrepondo as dificuldades da realidade escolar dessas comunidades o professor junta a escola e comunidade podem trazer um novo futuro para essas famílias.

REFERÊNCIA

APARECIDA, Leandra de Carvalho de Rosis, **a importância do currículo para a inserção da concepção de pobreza e desigualdade social no ambiente escolar**, 2016.

ARAÚJO, Roberta Negrão de. **A construção na integração nos cursos de formação de professores**. In: PARANÁ, Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação, 2008.

BALL, S.J. (2009). Um diálogo sobre Justiça Social, Pesquisa e Política Educacional. In Educação & Sociedade, 30 (106), 303-318.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 53, 1990.

FERNANDES, G. H. A; MESQUITA, S. **Evasão escolar: um estudo para além dos muros escolares**. TCC (Curso de Especialização em Gestão Pública, Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, p.20. 2014. Disponível em: Acesso em: 11 de nov. 2020.

FRANÇA, G. N. Relação entre escolaridade e renda no Brasil na década de 1990. 2005. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia de Empresas, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GADOTTI, M. **Histórias das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ética, 1995

LOPES, B. E. M. **Evasão escolar no ensino médio sob a perspectiva dos docentes**. Revista Educação e Políticas em Debate. Minas Gerais. v. 6, n. 3, 30set/dez. 2017

RÍZIA, Ellen Oliveira Lino, **A Problemática da evasão escolar: uma revisão bibliográfica integrativa**, 2020.

STECANELA, N. **A coisificação da relação pedagógica no cotidiano escolar**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 929- 946, jul./set. 2018.

STEFANO, Isa Gabriela de Almeida; CANEGUSUCO, Miriam; KUMPEL, Vitor (Coord.). **Direito Constitucional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.